

Schuchardt Contra os Neogramáticos

[i] Temos que nos embeber da ciência para transcendê-la. Temos que servir a ciência com o propósito único de domá-la.

Com estas palavras Hugo Schuchardt encerra as trinta e nove páginas do artigo no qual ele desmonta a doutrina dos neogramáticos, expondo cabalmente seus erros de formulação, sua inconsistência teórica, seu dogmatismo e a mediocridade de seus seguidores.

O ano era 1885, ponto culminante de um debate que havia tomado a comunidade dos estudos linguísticos de assalto: publicações defendendo e atacando a doutrina das leis fonéticas regulares dos “neogramáticos” perfilavam-se nas livrarias acadêmicas dos grandes centros universitários da Europa, com réplicas e trélicas acaloradas. Nesse debate, entretanto, as palavras de Schuchardt passaram despercebidas: não encontramos reações a elas nos escritos dos neogramáticos, e nem apoio nos escritos dos combatentes da escola. A segunda edição em alemão do pequeno livro sairia quase quarenta anos depois da primeira, e sua primeira tradução (para o inglês), mais de oitenta anos depois.

Esta apresentação da primeira tradução da obra para o português está pontuada pela indagação sobre o problema da sua recepção – pois precisamos, antes de tudo, justificar a pertinência de uma nova edição de uma obra mal-recebida em seu tempo, passado mais de um século da sua publicação original. A partir dessa inquietação, tentamos desenhar um rosto para este autor controverso, e compreender a profundidade da sua contribuição para as teorias da linguagem – ainda em nosso tempo sob forma de gérmen.

Acreditamos também que, ao refletir sobre as razões do esquecimento dessa magistral peça crítica de um teórico singular frente à doutrina linguística de maior sucesso em seu próprio tempo, estaremos refletindo, também, sobre a nossa própria responsabilidade perante o estado das teorias da linguagem hoje.



As palavras com que Schuchardt encerra o debate de “*Sobre as leis fonéticas: Contra os neogramáticos*” nos dão a primeira chave para compreender o significado da obra em seu tempo e sua repercussão posterior. Elas são emblemáticas da atitude de Schuchardt perante a “ciência” – aquilo de que precisamos nos embeber para transcender, que devemos servir para dominar – e mostram que ele mirava o lado oposto do horizonte visível para a linguística praticada nos finais do século XIX. A segunda chave decorre paradoxalmente da falta de visibilidade da primeira: a abordagem dos problemas teóricos da linguagem oferecida por de Schuchardt é hermética num grau tão extremo, que seus contemporâneos – e seus críticos do século seguinte – parecem não ter reconhecido, sequer, que Schuchardt apresentasse neste livro qualquer discussão teórica. Nesta breve apresentação vou tratar desses dois aspectos intimamente relacionados entre si. Começo tentando apontar os pontos teóricos mais interessantes do texto de Schuchardt, para só em seguida comentar sua oposição aos neogramáticos. No caminho, procuro compor um guia das linhas gerais do artigo, a fim de deslindar esse texto que, reconhecidamente, não é uma leitura fácil.

1. Schuchardt e a teoria da mudança

[ii] ... se eu fosse obrigado a incluir as noções de “regularidade” e “ausência de exceção” no meu credo, eu remeteria essas noções justamente à atuação da mudança fonética esporádica, e não à atuação de leis regulares – no sentido de que toda mudança fonética, em algum ponto, é irregular.

Em 1963, no livro *“Idealism in Romance Linguistics”*, o americano Robert Hall apresenta Schuchardt sob a mais brutal de todas as luzes brutais que o século XX lançou sobre seus trabalhos, na avaliação de T.H. Wilbur. Nas palavras de Hall sobre a crítica de Schuchardt contra os neogramáticos, de acordo com Wilbur (1972),

“Observa-se que as críticas de Schuchardt foram todas negativas; ele não ofereceu nenhum princípio positivo para substituir a hipótese de mudança fonética dos neogramáticos. Só o que ele propôs foram observações detalhadas de minúcias... Essa abordagem não é simplesmente não-científica, mas sim completamente anti-científica, negando mesmo a possibilidade de classificação, que é o primeiro passo da análise científica”

Na introdução à tradução inglesa de *“Sobre as leis fonéticas”*, Wilbur desconstrói cuidadosamente o ataque de Hall a Schuchardt; aqui, quero chamar atenção a apenas um aspecto que nos ajuda a compreender o problema da recepção da sua obra. O que surpreende, na avaliação de Hall (e neste ponto ela reflete muito da avaliação geral da historiografia sobre Schuchardt), é algo que só pode ser chamado de cegueira teórica.

Pois simplesmente não é verdade que Schuchardt não apresente um princípio positivo que ocupasse o lugar do princípio da regularidade da mudança dos neogramáticos.

Ele ofereceu, justamente, **o princípio da irregularidade da mudança**. O problema, ao que parece, é que a historiografia de inspiração estruturalista não consegue enxergar, na irregularidade, matéria de que se façam princípios decentes. O princípio da irregularidade de Schuchardt, aspecto fundamental para entendermos sua crítica aos neogramáticos e sua visão sobre a linguagem (e sobre o fazer científico), está resumido na sentença acima, em que ele oferece explicitamente sua alternativa à proposta central dos neogramáticos: a única regularidade está na irregularidade das mudanças.

Essa proposta é examinada de modo magistral por Theo Vennemann no ensaio *“Hugo Schuchardt’s theory of phonological change”*, à luz da fonologia gerativa do início dos anos 1970. Para Vennemann, *“Sobre as leis fonéticas”* representa a peça teórica mais importante de todo o trabalho de Schuchardt, tocando em questões centrais que preocupam a teoria fonológica em todos os tempos.

A questão principal da teoria de Schuchardt, conforme apontada por Vennemann, é: *“De onde vem as regras?”*. Sua resposta se constrói de modo a compreender, de fato, como *mudanças esporádicas* podem se transformar em regras. Aqui destacaremos dois aspectos desse percurso de Schuchardt: primeiro, sua preocupação com a relação de causa e efeito – com a *“lei da causalidade”*, essa sim a maior de todas as leis da ciência para o autor;

segundo, a inclusão do espontâneo, do imprevisível, no funcionamento da língua – note-se: no funcionamento **regular** da língua.

É a inclusão do espontâneo que explica a afirmação de Schuchardt: “*toda mudança fonética, em algum ponto, é irregular*”. Na visão de Schuchardt, a mudança fonética começa sempre como um evento “esporádico” (“*sporadische*”, também traduzido por “*sporadic*” por Venneman – termo que se contrapõe no texto a *regular*), se espalha pelo tecido da língua por meio de associações e generalizações, e **se torna uma regra**. O ponto em que a mudança é “irregular”, portanto, é tipicamente seu início; e o que uma teoria de mudança precisa entender é a constância desse surgimento de irregularidades no funcionamento das línguas.

Esse processo pelo qual uma mudança esporádica se torna uma regra é também chamado por Schuchardt de a “*metamorfose das leis*”, num trecho especialmente bonito do texto:

|iii| Neste momento não poderei expor com vagar esta metamorfose das leis fonéticas, que me parece não ter ainda servido como objeto de uma discussão mais ampla; mas ressalto enfaticamente sua importância. E até mesmo no reino das mudanças fonéticas “mecânicas” – empresto aqui a terminologia dos neogramáticos – encontro fatos que não me parecem constituir processos simplórios empacotáveis em fórmulas rígidas. Vejo lá o jogo colorido dos infundáveis impulsos dentre os quais alguns elementos particulares sobressaem-se em contornos mais vívidos que outros

Notemos neste trecho um segundo ponto fundamental da teoria de Schuchardt: para que a metamorfose das leis aconteça – para que a mudança esporádica se torne em regra – é preciso haver a **percepção** de uma diferença. Nas palavras de Schuchardt, a metamorfose é “*o jogo colorido dos infundáveis impulsos dentre os quais alguns elementos particulares sobressaem-se em contornos mais vívidos que outros*” – sobressaem-se, e, assim, penetram o tecido da língua. Venneman, por exemplo, define a “mudança esporádica” de Schuchardt como o aparecimento de **alterações fonológicas perceptíveis de uma forma linguística por um ou mais falantes** – a chave, aqui, está na palavra **perceptível**. Pois, para Schuchardt, para que uma mudança se alastre ela precisa ser imitada pelos falantes, e isso pode se dar conscientemente.

Este é um ponto essencial das idéias de Schuchardt, que o colocou numa posição muito difícil nos anos que seguiram. Aqui importa só mostrar: a idéia de uma alteração perceptível propagando-se conscientemente numa população é inteiramente contrária aos princípios da mudança “gradual, inconsciente e regular” dos neogramáticos, como veremos a seguir. Mais que isso. Essa admissão da consciência do falante sobre os rumos da língua não coloca Schuchardt apenas em contraposição aos neogramáticos, mas também ao pensamento estruturalista que foi colocado em seu lugar no início do século XX.

Entretanto vale notar um aspecto essencial para entender o texto de Schuchardt: o surgimento “espontâneo” (vamos dizer assim) das alterações, e sua propagação imprevisível, formam o **primeiro passo** da metamorfose – não podemos nos esquecer do segundo passo, aquele em que aquele “*jogo colorido dos infundáveis impulsos*” vai se tornar uma regra, ou seja, **vai se tornar parte de um funcionamento inconsciente e regular**.

Schuchardt deixa esta posição muito clara no trecho em que remete à transformação de processos de analogia conceitual em processos de *analogia fonética pura*:

[iv] Já expressei há alguns anos a idéia de que a mudança do *e, o* do latim vulgar para *ie, uo* no italiano (e no romance em geral) foi condicionada originalmente por um *i* ou *u* subsequente, tal como se pode ver ainda hoje em alguns dialetos: *vieni, bonuu, buoni*. Inicialmente a extensão teria se dado por analogia conceitual: *viene, buona*, até chegar-se a um ponto em que esse apoio se tornou desnecessário: *pietra, ruota*.

Em resumo, na visão de Schuchardt, a mudança fonética se processa a partir do surgimento de uma alteração na fala de um indivíduo, que foi percebida por outros falantes, repetida por eles – “imitada”, consciente ou inconscientemente; e que, por um processo complexo de associações conceituais ou formais, estabeleceu-se no funcionamento da língua.

Se compreendemos essa visão, podemos compreender também facilmente como ela contrasta com a visão da mudança oferecida pelos neogramáticos. Mais que isso: do ponto de vista de Schuchardt, o que os neogramáticos propõe como “princípios da mudança” não chegam a ser teorias sobre a mudança: não têm qualquer poder explicativo, e constituem apenas um agrupamento de observações empíricas travestidas de leis linguísticas. O ponto central sobre o qual divergem Schuchardt e os neogramáticos não é alguma recusa de Schuchardt em admitir qualquer tipo de “lei” – ao contrário, é sua avaliação de que o conceito de ‘lei’ dos neogramáticos é demasiadamente simplista, e não consegue abarcar a complexidade dos fenômenos envolvidos na mudança linguística. Nesse sentido, para compreender o que há de funcionamento regular nos fenômenos de mudança linguística teríamos de reconhecer a complexidade das interrelações envolvidas nestes fenômenos:

[v] Em qualquer categoria de fenômenos, a interconexão regular apresenta-se nas mais variadas gradações, a depender da maior ou menor complexidade dos fenômenos – da força do acaso num jogo de azar à ordem fixa do universo mecânico. Em qualquer área que se escolha, uma breve pesquisa inicial já nos indicará as regularidades que poderemos vir a esperar: assim é que o jogador que persiga a sorte por meio da precisão matemática não estará de acordo com as verdadeiras regras do jogo. Da mesma forma, parece-me francamente notável que, diante da clareza com que se revelam os fundamentos psíquicos da mudança fonética, a natureza social da linguagem, e as fronteiras difusas dos limites espaciais e temporais de uma língua, a regularidade absoluta das leis fonéticas possa ser defendida por alguém. Nas palavras de **Merlo**, os neogramáticos confundiram “o conceito simples de Lei com o conceito complexo dos efeitos produzidos pela combinação de leis variadas que operam simultaneamente e em conjunto”.

Para Schuchardt, os “princípios” dos neogramáticos não passam de um erro, de uma simplificação radical do fenômeno extremamente complexo que é a mudança linguística. Aqui precisamos ressaltar, para terminar este primeiro ponto, que o texto de Schuchardt está longe de representar um tratado “anti-científico” dedicado a destrinchar “minúcias” (como enxergou Hall) – ao contrário, trata-se de uma peça cuja preocupação central é debater o **valor científico** da linguística de seu tempo. O que passa – conforme já sugeri – é que a visão de “valor científico” de Schuchardt contrasta notavelmente com a visão dos neogramáticos, que se tornou hegemônica. Isso não significa que Schuchardt fosse “contra a ciência” – ao contrário, sua preocupação em relação à doutrina das “leis fonéticas regulares” era o atraso que elas significavam para o progresso da ciência linguística:

[vi] Na minha visão, a doutrina da regularidade das leis da mudança não passa de um obstáculo que se ergue no meio do caminho do desenvolvimento da nossa ciência, e dificulta sua chegada à lei da causalidade. As leis fonéticas têm sido tão incensadas, que o desejo de transcendê-las está hoje mais fraco do que estaria tivessem elas sido apresentadas, simplesmente, como regularidades gerais. E no entanto, elas não passam disso: leis empíricas que (tal como salienta o próprio Wundt) ainda precisam ser transformadas em leis de causalidade.

Essa afirmação resume o que eu havia sugerido mais acima: o ataque central de Schuchardt à doutrina dos neogramáticos remete à falta de compromisso desta doutrina frente à “lei da causalidade”, ou seja, à ausência de poder explicativo das “leis fonéticas”. Isso nos ajuda também a compreender o ponto de vista pelo qual Schuchardt desconstrói o princípio máximo da doutrina neogramática (o funcionamento regular das leis fonéticas): ele o ataca como Princípio, e não nas suas “minúcias”, como é de acordo com a sua visão da ciência. Veremos isso no ponto a seguir

2. Schuchardt e a doutrina das mudanças regulares

[vii] Na proposição: “*as leis fonéticas operam sem exceção*”, tanto o Sujeito como o Predicado suscitam objeções graves. Se Wundt enxerga aí um postulado lógico, é porque toma o termo “*Leis Fonéticas*” já no sentido dos neogramáticos, como se nada mais fosse necessário explicitar: “*aquilo que até aqui vinha sendo chamado de Leis Fonéticas, são leis de fato, i.e., leis sem exceção, no sentido de Leis Naturais*”. Uma formulação mais adequada da proposição seria a seguinte: “*As mudanças fonéticas acontecem de acordo com leis sem exceção*”.

A refutação da doutrina dos neogramáticos em “Sobre as leis fonéticas” inicia-se pelo trecho acima, que revela já o espírito do corpo principal da argumentação de Schuchardt: trata-se de uma argumentação lógica clássica, pelo método dedutivo. Nota-se por este

trecho inicial que a primeira crítica de Schuchardt se dirige à própria formulação do princípio das leis fonéticas, que, como ele afirma logo ao iniciar o texto, é o único que realmente os neogramáticos podem chamar de seu.

Os dois aspectos principais dessa crítica formal de Schuchardt são: primeiro, a formulação obscurece o sentido do termo “lei”; segundo, a formulação não explicita o sentido do termo “exceção”. Configura-se, assim, um sofisma: pois na realidade há sim exceções no funcionamento das “leis regulares” – não exceções denunciadas por seus críticos, mas sim exceções apontadas pelos próprios formuladores da doutrina para garantir... o funcionamento regular das leis. A proposição, por isso, fere a lógica: o que ela afirma, de fato, é que **guardadas as devidas exceções, as leis fonéticas operam sem exceção**. As exceções, relembra Schuchardt, são: a atuação contraditória de outras leis fonéticas; a atuação da analogia; e a provisão do recorte temporal e espacial ideal – mais adiante voltamos a esses pontos, que são centrais na argumentação de Schuchardt.

Aqui precisamos fazer uma pausa no texto para sanar um de seus mais graves obstáculos de leitura: os princípios dos neogramáticos são tomados como evidentes por Schuchardt, levando o leitor de hoje a se perguntar, a todo momento, afinal contra que Princípios o autor está se rebelando. A escrita de Schuchardt pressupõe um conhecimento prévio do famoso prefácio à “*Morphologische Untersuchung*” de Karl Brugmann e Hermann Osthoff, obra que viria a ser reconhecida como fundadora do movimento neogramático. Pressupõe, de fato, o conhecimento do *Credo* dos neogramáticos – e embora isso pudesse ser adequado para o público interessado neste tipo de debate nos anos 1880, hoje está longe de ser a realidade. Por isso, para entender a argumentação de Schuchardt, precisamos aqui resgatar essas obras – ao menos, o trecho central do prefácio, e o arrolamento de princípios que viria a ser conhecido como o *Credo* dos líderes do movimento.

O quadro I reproduz o trecho mais relevante do prefácio à MU de Osthoff e Brugmann, e o quadro II reproduz o “Credo”. Ambos estão disponíveis no original alemão, na Biblioteca Nacional da Alemanha em versão digital. O prefácio de MU possui também uma tradução para o inglês, de W. Lehman (Lehmann 1962), disponível também em versão digital.

Quadro I

The two most important principles of the "neogrammarian" movement are the following:
First, every sound change, inasmuch as it occurs mechanically, takes place according to laws that admit no exception. That is, the direction of the sound shift is always the same for all the members of a linguistic community except where a split into dialects occurs; and all words in which the sound subjected to the change appears in the same relationship are affected by the change without exception.

Second, since it is clear that form association, that is, the creation of new linguistic forms by analogy, plays a very important role in the life of the more recent languages, this type of linguistic innovation is to be recognized without hesitation for older periods too, and even for the oldest. This principle is not only to be recognized, but is also to be utilized in the same way as it is employed for the explanation of linguistic phenomena of later periods. And it ought not strike us as the least bit peculiar if analogical formations confront us in the older and in the oldest periods of a language in the same measure or even in still greater measure than in the more or most recent periods.

Quadro II

1. Since all linguistic development takes place in the psychic realm, sound change is a psychic process.
2. It is at the same time a physiological process inasmuch as the activity of the speech organs also comes into consideration
3. The movements by which sounds are produced are never precisely the same either in the case of the various individuals of the same community or even in the case of the same individual.
4. These variations are however so slight that they are not perceived as differences by the speaker or the hearer.
5. As a rule, between the beginning and the end of a development, eg. k and h of the first Germanic sound shift, there lies a continuous series of minimal shifts in articulation which one can designate as k, k₁, k₂, k₃, k₄, ..., h. And some individuals can have advanced several stages in the direction of the new sound while others still retain the old sound.
6. The closer the circle of the speech community is drawn, that is, the smaller the number of speakers and the closer they live together, the smaller the differences are in the progress of the change.
7. All members of the community take part in the change, and even considering all differences in detail, the direction of the change is the same.
8. In the completion of the sound change, it is now inconceivable that different paths could be taken in different words.
9. Pronunciation is not acquired specially for every single word, but whenever the same phonetic conditions are present, there necessarily occurs the same kinetic feeling and with it the same pronunciation.
10. That is what one has to understand by the unexceptionability of the sound law.

Não temos aqui a intenção de discutir os princípios expostos nos quadros acima – eles são oferecidos, apenas, como apoio à leitura do texto de Schuchardt que segue. O que importa apontar neste momento é justamente o princípio fundamental que motiva a argumentação de Schuchardt: o funcionamento sem exceção das leis fonéticas. O corpo principal dos

argumentos de Schuchardt contra a doutrina vai se formar como um exame cuidadoso do problema das exceções, em particular o problema da analogia e o problema da relatividade espaço-temporal. Ressalte-se que nem em um caso, nem em outro, a refutação se dá sob a forma de “contra-provas”: a argumentação de Schuchardt segue, como dito, o método lógico dedutivo. É importante salientar este aspecto, porque ele singulariza a crítica de Schuchardt. Em especial, coloca-o numa posição muito distinta da velha geração em relação à qual os neogramáticos se insurgiram, e cuja crítica ao novo movimento se construiu sob forma de debates sobre etimologias recônditas do Indo-Europeu, apresentando listas imensas de contra-exemplos para cada lei regular sem atingir, de fato, o âmbito teórico da questão. Mais adiante voltamos a esse ponto interessante da singularidade da posição de Schuchardt não apenas frente aos neogramáticos como dentre os que atacaram os neogramáticos.

Vamos examinar então, brevemente, os argumentos de Schuchardt contra a admissão de exceções às leis sem exceção, ponto que, para ele, invalida logicamente a proposição de tais leis.

2.1 A questão da “analogia”

Começamos pela questão da analogia: o ponto central nesse caso é a visão de Schuchardt de que entre as duas “forças” em jogo nos processos de mudança – as forças psicológicas e as forças fisiológicas – não se estabelece nenhuma relação de hierarquia. Ou seja: para ele, não é válido considerar-se uma dessas forças como determinante de um estado “normal” de coisas, e a outra como elemento “perturbador”.

Ora: com isso Schuchardt destrói a antítese central da doutrina sobre a regularidade das leis fonéticas. Mais ainda: podemos dizer que destrói a teoria linguística central que está em voga no seu tempo. Para nós hoje é difícil atingir a dimensão da importância que a dicotomia “psicológico-fisiológico” (e seus corolários: aleatório-mecânico; psíquico-físico; irregular-regular...) tinha no pensamento linguístico do século XIX. O desmonte da antítese entre as “forças psicológicas” e as “forças mecânicas” equivaleria a um grande abalo nos alicerces que sustentam a visão de mundo dos seus contemporâneos.

Novamente aqui, entretanto, corremos o risco de compreender mal a posição de Schuchardt, como ele mesmo parece temer quando avisa que não tem a intenção de substituir a antiga antítese por nenhuma nova: o que ele sugere, de fato, é não haver antítese alguma. Nem as forças mecânicas são o estado “normal” (eventualmente “perturbado” pelas forças psicológicas) nem o oposto seria verdadeiro (numa teoria que tomasse as forças psicológicas como “normais”, e os funcionamentos mecânicos como excepcionais). Para Schuchardt, o fator fisiológico e o fator psicológico simplesmente não se opõem, e sim se complementam: e, fundamentalmente, **cada um é tão sujeito à regularidade ou irregularidade como o outro**. Este é, de fato, um dos pilares da teoria fonológica de Schuchardt segundo Theo Vennemann: ela sugere, como funcionamento regular nas línguas, o conceito de *analogia puramente fonética*. Isso significa em primeiro lugar que processos de mudança “mecânicos” (i.e., não psicológicos) podem iniciar-se como processos “psicológicos” – é a idéia da “*metamorfose das leis*”, que apresentamos mais acima.

Ou seja: para Schuchardt, como a oposição entre um estado de coisas “normal” (em que operariam as mudanças mecânicas regulares) e a atuação de eventos “anormais” (que interromperiam ou desviariam aquele estado de coisas normal) não é uma oposição válida, então a atuação fortuita de eventos anormais (“caprichos” do destino) não pode servir de argumento para defender a possibilidade teórica de uma lei da mudança não vir a operar de modo regular e completo. Concluindo esse ponto, Schuchardt passa em seguida à discussão sobre o outro argumento dos neogramáticos para justificar as exceções à regularidade das leis.

2.2 A questão da relatividade espaço-temporal

O problema da relatividade espaço-temporal da atuação das leis regulares é muito simples: a acreditarmos no princípio da regularidade das leis fonéticas, seria de esperar que elas funcionassem **sempre** e **em qualquer lugar**. Entretanto (como todos os que já foram obrigados a estudar os corolários de metaplasmos e suas exceções em qualquer língua ou família de línguas do mundo já se deram conta), isso simplesmente não acontece. A pergunta imediata (que surge na mente de qualquer estudante da linguística histórica clássica) é: se são leis naturais, porque as leis fonéticas não se aplicam incondicionalmente?

Schuchardt apresenta este problema de modo muito mais elegante:

[i] Ao ouvir falar na idéia de leis fonéticas que funcionam sem exceção, um cientista natural provavelmente imaginará que as leis fonéticas se aplicam em todo lugar e em todo momento. De fato, se levarmos em conta as condições básicas uniformes da atividade linguística, tais leis não apenas seriam possíveis, como esperadas. Por que então a mudança fonética, ao menos em sua maior parte, não segue sempre a mesma direção – de tal modo que, por exemplo, vogais médias evoluíssem sempre a partir de *tenuis* ou monotongos sempre de ditongos, e nunca o contrário? Se aquele ingênuo cientista é informado em seguida de que leis fonéticas gerais dessa natureza ainda não foram descobertas – de que na realidade, faz-se necessário impor limites espaciais e temporais bastante estreitos a todas as assim chamadas leis fonéticas, ele concluirá que a essas leis falta a necessidade absoluta que deveria ser o pressuposto para a postulação de “leis gerais”.

Para discutir detalhadamente este aspecto do problema, Schuchardt lembra duas provisões adicionadas à lei da regularidade pelos seus formuladores:

- I. *As leis fonéticas operam sem exceção no interior de um mesmo dialeto*
- II. *As leis fonéticas operam sem exceção dentro de um mesmo período de tempo*

Na formulação dos neogramáticos, guardadas essas ressalvas, as leis serão regulares e seguirão sempre a mesma direção; Osthoff e Brugmann afirmam textualmente que “...a direção da mudança fonética é sempre a mesma para todos os membros de uma comunidade, a não ser

quando ocorre uma divisão dialetal”. Esse tipo de colocação será meticolosamente discutida por Schuchardt. Para isso ele irá questionar em primeiro lugar a noção de “dialeto” dos neogramáticos; e em segundo lugar, a noção de “períodos de transição”.

A discussão de Schuchardt sobre o problema da definição de dialeto de Schuchardt é riquíssima – e será este o ponto mais conhecido do seu trabalho ao longo do século XX. Neste texto específico, o que ele aponta, ao fim e ao cabo, é o caráter absolutamente teleológico das noções dos neogramáticos: pois, se de um lado eles propõem que “*as leis funcionam sem exceção no interior de um mesmo dialeto*”; de outro, definem um dialeto como... um espaço no qual determinadas leis fonéticas funcionaram de modo regular.

Será também no contexto da discussão sobre a definição de dialeto que Schuchardt apresentará sua visão sobre variação linguística (ainda que não use este termo), ao negar a possibilidade de “*comunidades de fala homogêneas*”:

[ii] Além disso, as formas antigas e novas distribuem-se, nos dialetos, não apenas segundo a idade dos falantes, mas também segundo seu sexo, educação, temperamento, enfim, segundo os mais diversos fatores.

Nesta porção do texto, Schuchardt não apenas discute e nega a possibilidade da homogeneidade perfeita num grupo de falantes, como chega a negar a possibilidade da homogeneidade mesmo no plano do indivíduo, apontando para a observação das oscilações possíveis na forma de falar de um mesmo indivíduo a depender (por exemplo) do contexto social em que ele se encontra. Uma pergunta incômoda emerge da leitura dessa discussão: ainda que possamos compreender como Schuchardt possa ter sido solenemente ignorado pela sua geração obcecada pelas mudanças regulares, que os fundadores da sociolinguística variacionista do século XX tenham cometido o mesmo engano é um pouco mais difícil de entender.

Voltando ao texto de Schuchardt, é importante ressaltar que sua discussão sobre o papel da vontade consciente do falante sobre a língua emerge neste contexto da discussão sobre as diferenças individuais e entre os grupos. Este é um trecho central do livro, que analisaremos com cuidado:

[iii] Consideremos de partida a influência da escola, mesmo nos lugares onde esta tem um escopo ainda limitado. Pensemos na tendência generalizada dos indivíduos não escolarizados em falar de modo cortês quando se encontram entre cavalheiros. A troca do *j* pelo *g* acaso não está se espalhando de Berlim para o centro da Alemanha em ritmo de marcha militar? (...) A mudança fonética por moda, ou melhor, a mudança fonética mais ou menos consciente, ou melhor ainda, a mudança fonética voluntária, é frequentemente acompanhada de outras inovações. Pode, ainda, sofrer falsas aplicações; pode ser aumentada em algum grau; pode causar mudanças fonéticas paralelas. Por fim, se – como nos mostra a história – as peculiaridades de pronúncia das figuras especialmente

influentes (príncipes, cortesãos, atores) são copiadas em seu círculo próximo, e se os professores impõem suas pronúncias a seus alunos, não se pode negar que o impulso da mudança fonética pode ser a escolha pessoal.

Neste trecho aparece um dos problemas responsáveis pela má recepção de Schuchardt no século XX: a sugestão da “Moda” como motivador da mudança linguística. Concordo com T. Venneman na sua avaliação de que o uso do termo Moda (“*Moden*”) por Schuchardt não é feliz neste ponto, e se abre a mil facetas interpretativas indesejáveis (como aponta o tradutor inglês, nesta língua, “*fashion*”, evoca imediatamente uma conotação frívola e inconsequente; creio que o mesmo se pode dizer para o português “moda”). Mas concordo também com sua avaliação aguda sobre o que Schuchardt queria de fato denotar com este termo, ao menos neste texto: o termo, aqui, remete à questão do **valor social das imitações e tendências**. Exatamente como Venneman, entendo que os exemplos apresentados por Schuchardt indicam precisamente esta interpretação.

Por fim note-se: toda esta discussão sobre a “moda”, “tendências” – ou, sobre a possibilidade de mudanças de pronúncia “voluntárias” – inserem-se num contexto bastante específico em que Schuchardt está discutindo os problemas da **causa** das mudanças fonéticas e seu processo de **difusão**. O ponto principal nesta parte do texto, portanto, é a argumentação no sentido de que nem tudo o que acontece na história das línguas é involuntário, inconsciente, e (portanto) regular e gradual.

Mais acima dissemos que o espírito central da argumentação de Schuchardt é dedutivo – é uma discussão de princípios, não de casos particulares. Onde, então, se encaixa esse problema do espalhamento da mudança? Há nessa discussão dois pontos importantes. Uma delas é a avaliação de Schuchardt sobre as “condições normais” dos processos linguísticos: se a relatividade espacial (e temporal) é própria das línguas, e que portanto uma teoria sobre a linguagem que pretenda abstrair os fatores tempo e espaço simplesmente não serve como teoria da linguagem. Mas a outra questão importante dessa discussão sobre os limites espaciais e temporais que se colocam sobre o funcionamento linguístico é de natureza distinta, e talvez mais importante no que toca os objetivos deste texto em particular.

Trata-se da relevância que este ponto da crítica apresenta no sentido de uma crítica interna ao modelo dos neogramáticos. De fato o próprio Schuchardt indica essa segunda relevância quando afirma que, se quanto a problemas relativos à expansão da mudança numa população (incluindo-se aí a questão do contato) pode-se em tese aceitar posições discordantes, quanto ao segundo ponto (de que trato agora) não há como argumentar a favor dos neogramáticos **dentro dos postulados de sua própria teoria**. Essa segunda questão, com esse caráter de crítica interna, é a questão da “*expansão interna*” da mudança. Ou seja: digamos que fosse possível abstrairmos o problema dos limites espaciais e temporais na dimensão “externa” desses limites. Ficaríamos ainda com a dimensão “interna” – ou seja, no “tecido da língua”, como as mudanças se propagam?

Neste ponto a teoria fonológica de Schuchardt, conforme desvendada por Vennemann, se torna fundamental para a compreensão do texto – e a melhor medida é a leitura do ensaio

de Vennemann, que aqui não tenho condições de reproduzir. Vamos salientar apenas um ponto do texto de Schuchardt que mostra a importância do problema da “expansão interna: o ponto em que ele discute a questão da “igualdade das condições fonéticas”:

|iv| “Nos casos de mudança fonética em um mesmo dialeto, todos os casos particulares nos quais se apresentem as mesmas condições fonéticas o processo de mudança será idêntico”. Entretanto, se tomarmos todos os casos em que um som aparece, e perguntarmos quais dentre eles apresentam as mesmas condições fonéticas (e que portanto, deveriam sofrer processo de mudança idêntico – mudança para um outro som único, ou mudança nenhuma), não encontraremos uma resposta. Como são muitas as categorias de ambientes fonéticos relevantes – tais como acento, posição na sílaba, natureza do som imediatamente precedente ou imediatamente seguinte ou não-imediatamente seguinte, etc. – para cada caso particular, evidencia-se um agrupamento complexo de condições. Se compararmos entre si os complexos de condições presentes em cada caso, veremos que todos diferem entre si, à exceção dos homônimos perfeitos (os quais, de resto, não são instâncias adequadas para a ilustração dos efeitos das leis fonéticas). Portanto, na melhor das hipóteses a noção de fato relevante seria a de semelhança parcial de complexos de condições. Mas quais condições devem ser levadas em conta para compor o complexo, e quantas delas precisam ser semelhantes para contrabalançar as diferenças parciais? Que métodos possibilitariam a distinção entre condições substantivas, condições acidentais e concomitantes, em sentido estrito? Somos forçados a admitir que “as mesmas condições fonéticas” só podem ser abstrações formadas a partir de cada uma das leis fonéticas, e que a aceitação de um ambiente assim determinado como premissa é inaceitável e não deveria caber na definição da regularidade das leis fonéticas.

A partir dessa discussão de Schuchardt, Vennemann lista nada menos que vinte e nove teses que constituiriam material fértil para a teoria fonológica de sua época (o início dos anos 1970, que, diga-se de passagem, foram dos mais animados para este tipo de debate). Como se nota, a discussão apresentada por neste texto se abre a um infinidade de leituras – notemos, por exemplo, como essa leitura de Vennemann se opõe à avaliação de Robert Hall, de que se trata de um texto “anti-científico” voltado ao debate estéril de “minúcias”.

Mas precisamos lembrar que o objetivo de Schuchardt neste livro não era sequer propor, e muito menos provar, vinte e nove teses – ou tese alguma; seu objetivo era discutir o princípio fundador da escola neogramática a partir de um método dedutivo, e demonstrar logicamente sua invalidade. Passamos, então, à conclusão de Schuchardt – que em poucas palavras, se resume na seguinte afirmação:

|i| Levando-se em conta tudo o que discutimos até este ponto, vemos que a doutrina da regularidade das leis fonéticas não pode

ser demonstrada pelo método dedutivo – assim como não o podia ser pelo indutivo, como de início mencionamos. Seus seguidores só podem segui-la como a um dogma.

Lembrando o que ele diz de início sobre os defeitos formais dos postulados, observemos agora o trecho mais formal da sua própria conclusão:

|ii| Os erros formais dos neogramáticos me impedem de confrontar sua doutrina com as minhas idéias sobre os mesmos assuntos sob a forma de uma formulação contraditória, como seria o correto. Assim, não proporei que “*As leis fonéticas têm exceções*”. Entretanto, se mudarmos a proposição para “*Não existem mudanças fonéticas esporádicas*”, então posso me contrapor a ela de modo positivo: “*Mudanças fonéticas esporádicas existem*”.

Já tratamos, na primeira seção, do significado do termo “mudanças esporádicas”, e da importância que essa sugestão assume na teoria sugerida por Schuchardt neste texto. Esta pode ser considerada, a um tempo, sua contribuição principal, e o ponto central de sua crítica aos neogramáticos. Vamos lembrar que para Schuchardt, o interesse dos estudos linguísticos deveria residir na descoberta da lei da causalidade das mudanças – e não no escarafunchar de acontecimentos particulares: ele vê as infundáveis discussões etimológicas características de sua época como mistificações que impedem o desenvolvimento de uma **teoria geral**:

|iii| O que acontece é que os neogramáticos oferecem de público não apenas um preceito: mas sim, um preceito travestido de fato, ou melhor, travestido de um fato que característico do todo da vida das línguas. Por exemplo: que diferença faz se o termo romance *andare* vem de *adnare* ou *addare* ou *ambulare* ou de uma raiz verbal celta; se, em tal dialeto, *l* torna-se *r*, e naquele outro, *r* torna-se *l*, etc.? O que significam as mil correspondências etimológicas e morfológicas, as mil leis fonéticas – se pudessem todas permanecer isoladas, se não forem absorvidas por relações superiores? Servem em parte, e só como elementos auxiliares, para esclarecer a história das migrações e das relações entre as culturas. Mas para isso, precisariam antes estar estabelecidas no campo particular da própria ciência. Precisamos aprender a encontrar a regra geral no detalhe particular. Da mesma forma, o reconhecimento de um fato dominante em relação ao toda da vida linguística é muito mais importante que a distinção de fenômenos linguísticos específicos.

Fica evidente que o sentimento geral de que a doutrina dos neogramáticos constituía uma “revolução” nos estudos da linguagem não convenceu Schuchardt em nenhum momento. Nem mesmo o argumento, muito em voga na época, de que essas leis tinham utilidade ainda que meramente metodológica, por oferecer aos linguistas um método de análise mais

rigoroso (segundo Schuchardt, a posição de um Bloomfield), convence Schuchardt. Ao contrário. Para ele, o pretense “rigor” da doutrina das leis regulares é um rigor deslocado, como ele sugere no seguinte trecho:

|iv| Nós que tomamos a expressão “leis fonéticas” num sentido distinto daquele que (infelizmente) se estabeleceu recentemente na nossa linguagem técnica não enfrentamos os problemas que nossos oponentes podem insistir em imputar à nossa prática de trabalho – refiro-me à prática de explicar e descrever palavras e formas linguísticas. Há entretanto quem defenda que a doutrina da infalibilidade trouxe um maior ‘rigor científico’ à pesquisa linguística. Defendem-no porque partem de uma premissa muito generalizada, mas fundamentalmente falsa. (...)

O rigor deve ser inculcado aos sujeitos, não aos objetos.

O rigor não reside na estipulação de uma nova lei, mais severa; mas sim na observação mais severa daquela antiga lei sem a qual não há ciência, mas que por si só basta para que haja ciência: a lei da causa e efeito. O maior rigor na observação dessa lei emana diretamente do progresso consistente da atividade científica.

A excepcional frase de Schuchardt sobre o lugar do rigor na ciência – “*O rigor deve ser inculcado aos sujeitos, não aos objetos*” – resume o espírito de sua posição sobre o estado das investigações linguísticas na sua época (não se trata, de fato, de uma frase que gostaríamos de ver como epígrafe de muitas teses de doutoramento ainda hoje?).

Restaria aqui entendermos como ele avalia o fato – já bastante evidente em 1885 – de que o pêndulo daquele ponto em diante penderia mais para o lado dos neogramáticos que para o de seus críticos. Encontramos uma pista disto no seguinte trecho contundente:

|v| A grande popularidade da doutrina dos neogramáticos não pode ser contada entre os argumentos em seu favor. Poucos a adotam por terem chegado de modo independente às conclusões que ela advoga, ou mesmo por terem-na colocado à prova de modo conclusivo. A grande maioria a adota por conta do alento metodológico que ela fornece. Trata-se de uma doutrina que se encaixa muito confortavelmente na receita que se espera que uma ciência respeitável siga hoje em dia. Falamos aqui daquilo que W. Scherer denominou, com muita propriedade, a “mecanização dos métodos”: a mecanização reduz a demanda de pensamento independente ao mínimo possível, e assim possibilita que um número inacreditável de indivíduos medíocres sintam-se parte do ‘mundo da ciência’.

Esse trecho nos permite compreender algumas das razões pelas quais Schuchardt não configurava a mais popular das figuras no ambiente acadêmico da sua época. Seu livro foi dedicado “aos neogramáticos” (em especial a seu amigo pessoal, Gustav Meyer), mas pelo que se saiba até hoje, nunca recebeu resposta. Como vimos, o século XX também não recebeu essa obra de Schuchardt com nenhum entusiasmo, nem na geração estruturalista, nem mesmo na geração sócio-variacionista da década de 1960.

Um dos defeitos de Schuchardt pode ser o fato de ele se apresentar, justamente, como a antítese do que ele imputa aos autores que atraem os “*individuos mediócre*.” a se sentirem parte do “*mundo da ciência*”: sua obra, sem dúvida, causa um grande desconforto. Ela não se encaixa em absoluto na “*receita que se espera que uma ciência respeitável siga hoje em dia*” – seja em 1885, seja hoje mesmo. Seu texto não nos oferece qualquer “*alento metodológico*”, e, ao contrário, demanda o pensamento independente ao máximo possível.

3. Ler Schuchardt hoje

A melhor justificativa para a apresentação de uma nova edição para o livro de Schuchardt contra os neogramáticos já foi dada pelos seus primeiros re-editores, quarenta anos atrás:

We wish to make available to both students and scholars a text that can still serve as a source of inspiration and a text in which only the works referred to are out-of-date while everything else remains as fresh as ever (p.vi)

De fato é esta a impressão suscitada pela leitura de “Sobre as leis fonéticas”: é um livro no qual tudo está ultrapassado (as referências bibliográficas, o debate que suscitou sua escrita, as próprias leis fonéticas referidas no título) – tudo, menos as idéias de Schuchardt.

Nesta apresentação procurei seguir o espírito livre do autor, e não pretendi de maneira nenhuma oferecer uma avaliação conclusiva da sua obra – longe disso: apresentei apenas os pontos do texto que me pareceram mais relevantes para uma leitura interessante, de acordo com a minha própria leitura. Deixo a cada leitor o prazer (e a dor, em certos momentos) de garimpar o texto para novas descobertas.

Aos interessados em avaliações mais consistentes e cuidadosas sobre a posição singular de Hugo Schuchardt frente à linguística da virada dos séculos XIX e XX – e em particular, diante do debate sobre as leis regulares da mudança, remeto aqui a três obras de especial interesse em meio à literatura especializada. Uma delas é justamente a edição de 1972, que inclui uma ótima biografia de Schuchardt por Terrence Wilbur, e dois ensaios sobre sua teoria fonológica por Theo Vennemann. A segunda é o completíssimo “*The Lautgesetz-Controversy: a Documentation*”, de K. Kroner, que inclui uma reprodução fac-similar do livro de Schuchardt e das obras dos neogramáticos com que ele dialoga, e uma introdução altamente esclarecedora de Kroner. Por fim, pode-se recomendar como profundamente erudita e extremamente agradável de ler (combinação rara) a monumental “*La Linguistica dell’Ottocento*” de Anna Mpurgo Davies, em especial os capítulos X Y Z. Nessas mesmas obras o leitor interessado encontrará mais referências para o aprofundamento de seu conhecimento sobre os rumos da linguística no século XIX, assunto que parece não ter se

esgotado com a fundação da “linguística moderna” – ao contrário, diríamos, um assunto que se torna paradoxalmente cada vez mais atual à medida que nos distanciamos dos preconceitos formados pelas primeiras gerações de teóricos do século passado.



Um último aspecto precisa ser discutido nesta apresentação, antes de seguirmos para o texto preparado – de fato, uma palavra de alerta se faz necessária. O texto de Schuchardt é um texto exigente em mais de um sentido: de um lado porque requer (como afirmei na seção anterior) o comprometimento absoluto de seu leitor com a independência intelectual; mas, de outro lado, porque exige dele grande paciência e habilidade decifratória. O texto não se dá à interpretação fácil: demanda tempo e empenho do leitor.

Bem, se é um texto difícil de ler, é ainda mais complexo para se traduzir. Para não soar aqui como tradutora arrependida, vou reproduzir aqui as palavras do seu tradutor para o inglês, Theo Vennemann: *Schuchardt's German is very hard to understand... [até] knew what they were doing.*

A tradução inglesa de Vennemann serviu de inestimável apoio para esta; recorri a ela sempre que encontrava passagens obscuras do texto alemão, e ao final do processo também para ficar mais segura do texto final. Ainda assim estou longe de ter chegado a um bom resultado – nem ao menos acho que algum dia chegaria a isso, por mais tempo que passasse na tentativa. De fato a única desculpa que eu posso apresentar aqui para ter aceitado a idéia temerária de oferecer uma tradução de um texto como esse é minha crença sincera no valor que sua leitura pode trazer hoje – ao mesmo tempo em que a edição da tradução em inglês dos anos setenta está esgotada (tenho notícia de dois exemplares no Brasil: um na biblioteca da Universidade Estadual de Campinas, outro meu), e o círculo dos que poderiam aproveitar o original alemão hoje é um tanto limitado. De todo modo, remeto encarecidamente os leitores que sabem alemão à versão original do artigo, que está disponível livremente no maravilhoso acervo digital da Universidade de Graz. É altamente recomendável que leiam o original ao invés da minha tradução, ou ao menos que a acompanhem com aquele (e já de antemão peço a esses leitores que me perdoem as minhas infidelidades, que serão inúmeras).

Uma última nota sobre o texto final traduzido: assim como os tradutores do inglês, eu precisei combater o desejo quase irresistível de atualizar o livro – não tanto sua linguagem, mas sua estrutura. As 39 páginas de Schuchardt são compostas em 19 longos parágrafos, sem qualquer divisão de seções. Para não mutilar demais o texto, optei por acrescentar notas à margem, onde procuro resumir os pontos principais tratados (na minha leitura) em cada seção. Essas notas foram pensadas para servir de apoio à leitura, compondo aquilo que (novamente, na minha leitura) formaria as seções e sub-seções do texto. Na margem direita, ainda, estão as referências bibliográficas – um assunto à parte, também apontado por TV e THW: Schuchardt simplesmente jogou no início do texto as referências, em muitos casos incorretas. Sempre que possível, indiquei a existência de traduções para o português ou pelo menos para o inglês para cada obra citada (neste caso segui as referências reformadas da edição de 1972); procurei indicar, também, os raros casos de traduções disponíveis em meio digital. Ressalte-se que, no idioma original, todas as obras

alemãs citadas na bibliografia estão disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional da Alemanha.



Para encerrar esta breve apresentação, resalto mais uma vez ressaltar o aspecto da relevância atual da obra de Schuchardt: a distância dos mais de cem anos que nos separam deste pequeno livro “*Sobre as leis fonéticas*” parece se erguer não entre nós e seu autor, mas entre nós e o ambiente acadêmico contemporâneo a ele – quase como se o livro pudesse ser lido com mais frescor agora do que quando foi escrito. Ler Schuchardt hoje é surpreendente quando conseguimos transpor a barreira dos dogmas que ele procurou combater.

Maria Clara Paixão de Sousa

Campinas, 4 de abril de 2010

Edições antigas e disponíveis das obras citadas por Schuchardt

Bruggman e Osthoff – Prefácio à *Morph. Unters.* Tradução de W. Lehmann.

<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/read14.html>

Referências

FOUGHT, John. The Reinvention of Hugo Schuchardt. *Language in Society*, Vol. 11, No. 3 (Dec., 1982), pp. 419-436 (review consists of 18 pages)

SCHUCHARDT, Hugo E.M. Über die Lautgesetze. Gegen die Junggrammatiker, Berlin, Oppenheim, -VI, 1-39. Hugo Schuchardt Archiv, <http://schuchardt.uni-graz.at/>

Kurt R. Jankowsky, *The Neogrammarians: a re-evaluation of their place in the development of linguistic science.* (Janua Linguarum, series minor, 116.) The Hague: Mouton, 1972. Pp. 275.